

## **O Projeto “Porto Maravilha” e a transformação espacial da Zona Portuária do Rio de Janeiro**

**Aluna: Nana Vasconcelos Orlandi**

**Orientador: Alvaro Ferreira**

### **Introdução**

A chamada Zona Portuária, formada principalmente pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, devido a sua localização, teve uma importância estratégica no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, tanto no seu aspecto econômico e político quanto no seu aspecto cultural, já que a cidade até o início do século XVIII se restringia basicamente a essa região central.

Até o início do século XVIII a cidade se restringia basicamente à região do atual centro da cidade e estava compreendida entre os morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição.

A região era inicialmente procurada apenas por pescadores, que dividiam com algumas chácaras, o paradisíaco cenário, que seria profundamente modificado e mutilado no século XVIII, quando a região conhecida hoje como Zona Portuária – sendo uma das primeiras áreas de expansão urbana da cidade – assumiu com o tempo uma importância cada vez maior (AMADOR, 1992).

Toda a zona central do Rio de Janeiro, do Cais do Porto à atual Av. Beira-Mar e da Praça Tiradentes, está assentada sobre uma área de alagadiço aterrado. Este ambiente adverso ao urbanismo exigiu constantes aterros e enchimentos de pântanos, lagoas e até supressão de diversas ilhas, mangues e praias (COELHO, 2007).

A presença das enseadas (antes de serem realizados diversos aterros que suprimiram as praias e alinharam o litoral) que gozavam de bons ancoradouros propiciaram o surgimento de diversos trapiches, que se estabeleceram no decorrer do século XVIII. Isso somado à existência de encostas não tão íngreme como em outras partes da cidade favoreceu o desenvolvimento urbano da Zona Portuária. Foi nesse período que os armazéns de escravos foram transferidos para o Valongo, que corresponde à atual Rua Camerino, e que diversos trapiches foram implantados na Saúde.

O traçado atual das ruas dessa zona lembra, a cada momento, seu traçado primitivo. Não somente no tipo de arruamento essa zona guarda lembrança de seus primeiros tempos. Algumas construções daquela época são ainda encontradas, mas é, sobretudo nas numerosas ladeiras que ziguezagueiam nos morros que ainda estão ali, a exemplo do Morro da Conceição e parte do Morro de São Bento, que a paisagem do Rio de Janeiro colonial pode mais facilmente ser reconhecida (BERNARDES, 1992).

Seu valor histórico é inestimável. A mão-de-obra escrava e operária ocupou o local desde trapiches do sal; lá se instalou o mercado de escravos que se localizava na Rua do Valongo, atual Camerino; lá foram louvados os deuses africanos na Pedra do Sal; lá viveu e trabalhou um grande contingente de escravos e libertos; lá estão as raízes da música popular brasileira (PECHMAN, 1987).

As intervenções que ali ocorreram no decorrer do processo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro foram decorrentes de ações pontuais. Ao longo da história, a zona portuária não se transforma do mesmo modo que o restante da cidade, ou seja, através do processo ininterrupto de construção, demolição e reconstrução. Lá, não se

derrubam casas para levantar arranha-céus. Ao contrário, uma vez estabelecidas, aquelas formas se cristalizam, preservando através da sua imagem o passado da cidade.

Com isso, os bairros portuários ficaram, de certa maneira, à margem da cidade, no tempo e no espaço. No tempo porque enquanto a cidade se modernizava através da verticalização da área central e de bairros como Copacabana, na Saúde, na Gamboa e em Santo Cristo as formas se cristalizavam, as atividades permaneciam, as tradições se perpetuavam. Marginalizados também no espaço pela sua própria conformação geográfica, à margem até do porto, uma vez que o grande aterro afastou definitivamente os antigos bairros marítimos do mar e as áreas aterradas nunca chegaram a se integrar realmente com as áreas antigas (DELGADO, MARTINS, 2003).

Em decorrência dessa importância histórica, no início dos anos de 1980, foi implementado o Projeto SAGAS - cujo nome é formado pelas iniciais dos três bairros - Santo Cristo, Gamboa e Saúde - impondo para essa área regras imobiliárias diferenciadas. Tal projeto propôs nova legislação que preserva o uso residencial e o patrimônio arquitetônico e cultural da área. Em consequência desse projeto, foi assinado um decreto, em 1985, considerando grande parte dos bairros de interesse para fins de proteção ambiental. No ano seguinte, outro decreto tombou definitivamente 23 edificações e nove pinturas de bares.

Está claro que, nesses bairros, as ruas, as casas, o espaço urbano e o arquitetônico preservam não só as suas formas, mas a vida que se passa dentro delas. Não são casas vazias, mas cheias de vida e integradas. Saúde, Gamboa e Santo Cristo são, pelas suas próprias características, os mantenedores de tradições e de modos de vida que já foram tipicamente cariocas.

Apesar de ser a primeira centralidade da cidade e local, onde ainda hoje, encontra-se o Porto do Rio de Janeiro, o quarto maior do Brasil, na área portuária o processo de degradação permanece. Esse processo se tornou ainda mais intenso na década de 1960, quando, à semelhança das zonas portuárias de outras diversas cidades, iniciou-se um processo de obsolescência de parte de suas áreas e estruturas, em decorrência de mudanças tecnológicas no carregamento, transporte e armazenamento dos produtos (contêineres), embarque e etc. Essas mudanças transformaram também o mercado de trabalho nas áreas portuárias com a diminuição do número de empregados nos portos.

Esses fatores, somados ao abandono por parte do poder público, contribuíram com a obsolescência da área do porto e com o esvaziamento dos bairros vizinhos tanto em suas atividades econômicas relacionadas ao apoio portuário, quanto à infraestrutura urbana e ao número de moradores na região.

Hoje esses bairros apresentam uma grande atividade comercial e ainda abrigam uma população significativa, em geral de baixa renda. Nesses bairros, estão localizadas ainda pelo menos quatro ocupações por grupos dos chamados sem teto, como por exemplo, as Ocupações Machado de Assis e Zumbi, que trazem novas questões ao debate, sem dúvida político, de como se deve intervir na área.

A denominada revitalização dessa área, que hoje vem atraindo muitos olhares, não é uma novidade e já vem sendo proposta por governos anteriores, porém nunca houve uma situação que permitisse a concretização desse projeto tão grandioso.

No entanto, neste momento, está configurada uma situação política no Rio de Janeiro que abre novas possibilidades para que o projeto saia do papel, já que temos uma aliança inédita entre os governos Federal, Estadual e Municipal. Com isso, cada ente federativo está comprometido dentro de suas competências a concorrer para a realização do projeto de revitalização, o que o torna mais real e possível do que os projetos anteriores, tanto financeiramente - tendo em vista que parte do projeto está

incluído nos orçamentos do PAC, programa federal para acelerar o crescimento econômico - quanto politicamente.

Outro fato que vem contribuindo para que creiamos que tal projeto dessa vez sairá do papel é a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e a escolha da cidade do Rio de Janeiro para ser sede das Olimpíadas de 2016. Isso porque, assim como ocorreu em Barcelona nas Olimpíadas de 1992, o projeto de candidatura carioca, que tem promovido a cidade diante do Comitê Olímpico, está vinculado à realização da revitalização da zona portuária e a outras obras a ela ligadas<sup>1</sup>

Nesse sentido, recentemente o prefeito Eduardo Paes apresentou ao Comitê Olímpico Internacional (COI), um projeto denominado “Porto Olímpico” através do qual propôs a transferência, da Barra da Tijuca para a Zona Portuária, de grande parte das instalações esportivas e de apoio aos jogos. No entanto, em sua última visita ao Rio de Janeiro os integrantes do COI negaram o pedido de transferência de parte das atividades esportivas para a Zona Portuária, que ficará somente com a parte de logística dos jogos, entre elas a chamada vila de mídia.

Ou seja, pela primeira vez esse projeto vem sendo apresentado como uma realidade, configurando-se um compromisso político e econômico representando a grande reforma urbana projetada para os próximos anos na cidade do Rio de Janeiro.

No que se refere ao projeto de Revitalização da Zona Portuária, que irá abranger três bairros completos – Saúde, Santo Cristo e Gamboa – e setores de três outros bairros – Centro, São Cristóvão e Cidade Nova - temos que, entre as ações já anunciadas pela prefeitura podemos citar a derrubada de uma parte do Elevado da Perimetral (entre o Mosteiro de São Bento e a Rodoviária Novo Rio) e a mudança do ponto de atracação dos navios de turismo com a construção de quatro diques que vão ampliar grandemente a capacidade de recepção de grandes navios de passageiros. Além dessas ações mais ostensivas, outras muitas mudanças e muitos investimentos (públicos e privados) estão sendo previstos para a área.

Tais ações seriam necessárias para uma segunda etapa do projeto denominado de Porto Maravilha que ocorrerá sob administração da já criada – pela LC n° 101 - Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio, instrumento previsto pelo Estatuto Urbano (lei n. 10.257/01). Assim sendo, a segunda fase do projeto será custeada por investimentos oriundos dessa Operação Consorciada, sendo formada a partir da economia de capital misto com recursos públicos e privados.

Os recursos públicos segundo a prefeitura será proveniente da venda no mercado financeiro de “Certificados de Potencial Adicional de Construção” (CEPAC), que são títulos que darão aos empreendedores direitos construtivos acima dos parâmetros de gabarito previstos em lei (coeficiente de aproveitamento básico), atingindo então o coeficiente de aproveitamento máximo - para nos terrenos loteados. Com isso a prefeitura pretende angariar os recursos necessários à instalação de toda infraestrutura que permitiria a constituição de um grande pólo turístico, comercial e residencial.

Para tanto, a prefeitura promoveu, por meio de lei já aprovada e sancionada, a mudança de todo o gabarito imobiliário da região através da qual passa a autorizar a construção, por parte da iniciativa privada, de espigões de até 50 andares na região, incluindo trechos dos bairros de São Cristóvão, Cidade Nova, Saúde Gamboa, Caju e Santo Cristo.

---

<sup>1</sup> Nesse sentido Fernanda Sanchez, em seu texto “A (in)sustentabilidade das cidade vitrine criou uma imagem realmente ilustrativa : “ De fato, os governos municipais estão cada vez mais preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária e, com tal objetivo seus governantes assemelham-se à figura do caixeiro viajante,abrindo catálogo de venda de seu produto-cidade.

Assim sendo, um dos principais meios de viabilizar esse tal projeto foi a recém-aprovada Lei Complementar nº 101 de 23 de novembro de 2009. Essa lei, que teve como autor o próprio Poder Executivo, além de modificar a última versão do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio (OUC), determinando os instrumentos legais necessários à implementação das ações previstas nessa lei.

A OUC do Porto do Rio é, segundo o art. 233-A da Lei Complementar nº16/1992 (criado pela já citada LC nº 101/09), “o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”. Em outras palavras a OUC que consiste num conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal em parceria com outros atores configurando a atuação mediante parcerias público-privada.

Entre os instrumentos legais que surgem com a aprovação da LC nº101, em seu art. 3º temos a criação e delimitação da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região do Porto do Rio, onde se concentrarão as ações da Operação Urbana Consorciada. O zoneamento da AEIU está detalhado no Mapa da Área de Especial Interesse Urbanístico<sup>2</sup>, que foi anexado a seguir. Já e os parâmetros de uso e ocupação do solo aplicáveis à área de abrangência, que representa a área mais nobre da zona portuária, estão contidos no Plano de ocupação da OUC, que por sua vez está descrito no Capítulo III da referida lei. A Operação Urbana Consorciada tem por finalidade promover a reestruturação urbana da AEIU, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, sendo que as

---

<sup>2</sup> Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do programa de Geoprocessamento – ArcGis – com base no Anexo I-A da Lei Complementar nº101/09

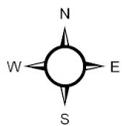
principais as intervenções também estão previstas no anexo II da LC em questão.

## Área de Especial Interesse Urbanístico



1:21.347

0 255 510 1.020 Metros



Fonte:IPP

### Legenda

-  bairrosporto
-  limite AEIU

Entre essas ações podemos citar a título de exemplo:

1. Reurbanização de vias existentes, implantação de novas vias e trechos de ciclovia, considerando pavimentação, drenagem, sinalização viária, iluminação pública e paisagismo, arborização de calçadas e construção de canteiros, contendo uma extensão aproximada de quarenta quilômetros de logradouro e com uma área aproximada de novecentos mil metros quadrados;
2. Demolição do Elevado da Perimetral, com a remoção da estrutura existente no trecho compreendido entre o prédio do Arsenal da Marinha e a Avenida Francisco Bicalho, com extensão aproximada de quatro mil metros;

3. Construção de túnel em substituição ao Elevado da Perimetral partindo das proximidades do prédio do Arsenal da Marinha, passando sob a Praça Mauá e Av. Rodrigues Alves, até a altura do Armazém cinco;
4. Implantação de mobiliário urbano, tais como abrigos para pontos de ônibus, lixeiras, totens informativos, painéis informativos, cabines de acesso à internet, bancos de praças, relógios de rua, bancas de jornal, quiosques de praia, quiosques de venda de flores, cabines para banheiros públicos e bicicletários em uma área aproximada de cinco quilômetros quadrados.

## Objetivo

No decorrer de um processo de franco abandono por parte do poder público, os bairros portuários ficaram, de certa forma, à margem da cidade no tempo e no espaço. Com isso a região passou a ser ocupada por moradores, em sua maioria, de baixa renda. Tendo em vista a concretização do Projeto de Revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, denominado “Porto Maravilha”, que se concentrará principalmente nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, pretendemos analisar a Zona Portuária do Rio de Janeiro no contexto do processo de metropolização da cidade e as transformações que esse espaço vem sofrendo e irá sofrer nos próximos anos, assim como os efeitos desse processo que está em curso. Tais objetivos se justificam na medida em que as imagens esplendorosas nas simulações das obras previstas pelo projeto “Porto Maravilha” possivelmente não correspondem ao sentimento de espoliação vivido por parte dos cidadãos, que vêem nas empreitadas revitalizadoras uma séria ameaça à sua forma de vida social e à sua identidade urbana.

O espaço geográfico, locus da reprodução das relações sociais de produção, segundo o geógrafo Milton Santos (1985), deve ser analisado através do uso associado das categorias estrutura, processo função e forma. Com isso temos que a estrutura, matriz social onde, no decorrer do processo, as formas e funções são criadas e justificadas, não se desenvolve de forma sincronizada no tempo e no espaço. Logo, se torna inevitável o surgimento de contradições e da ação de diferentes atores sociais que acumuladas originam um processo de transformação na formação social.

Nesse sentido, temos que as relações sociais não prescindem do espaço para ocorrerem e dialeticamente constroem espacialidades. Assim, considerando o espaço vivido e sendo a espacialidade socialmente construída não é possível ignorarmos as diversas lutas simbólicas travadas no espaço urbano, em que está em questão a própria representação de mundo e, mais especificamente, da metrópole.

As áreas metropolitanas brasileiras são, na atualidade, uma das expressões espaciais mais acabadas de nossa formação social, refletindo a coerência e as contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico prevaletentes no país (ABREU, 1987). Com a metropolização do espaço não só as práticas espaciais, mas também as identidades dos lugares ficam sujeitas aos códigos metropolitanos. Acreditamos que esse processo guarda ligação com o discurso da associação entre modernização, progresso e desenvolvimento. No entanto, essa tendência de homogeneização, que submete o espaço à lógica do mercado mundial, transformando-o em objeto de troca (mercadoria), não se realiza sem tensões e sem conflitos.

Os lugares são o mundo que eles reproduzem de modo específico individual e diverso. Eles são singularidades, mas também são globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares (SANTOS, 2006). Nesse sentido, é possível, conforme nos mostra Massey (2000), pensar em um sentido global do lugar.

Na atual fase do capitalismo, cada vez mais os lugares estão sujeitos à necessidade de criação de novos espaços que atendam às exigências de acumulação que muitas vezes é motivada por lógicas e estratégias em escala mundial. Com a instalação de capitais globalizados impõe-se sobre o território a adaptação às suas necessidades de fluidez, através de investimentos pesados que acabam por alterar a geografia das áreas escolhidas. Ou seja, a fim de potencializar a eficiência econômica são introduzidas novas formas modernas de dominação através de técnicas de manipulação cultural.

O *city marketing* nesse processo vem se apresentando como o principal instrumento de política urbana através do qual se produzem discursos e imagens de uma alternativa para situações de crise vinculados a promessas de manejo de altas tecnologias e da informação (SANCHEZ, 1999).

Tendo tal processo em vista, temos como exemplo e base para esse estudo o chamado Projeto de Revitalização do Porto do Rio, que, como pretendemos demonstrar, está fielmente incluído na reprodução dessa lógica que vem se impondo sobre os espaços. Tal projeto vem sendo idealizado à semelhança de modelos de planejamento urbano implementados em zonas portuárias de outras cidades do mundo como, por exemplo, Barcelona, Portugal e Buenos Aires, o chamado planejamento estratégico que funciona por si como tática internacionalizante.

Tal modelo vem sendo, nas últimas décadas, difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais e de consultores internacionais, sobretudo catalães, que vêm trabalhando em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro (VAINER, 1999). As garantias apresentada pelos difusores do planejamento estratégico estão sempre ligadas à experiência vitoriosa de Barcelona.

No artigo “Pátria, Empresa e Mercadoria” (1999), Carlos Vainer busca analisar alguns textos dos principais porta-vozes desse discurso. Nesse contexto, fica clara a emergência da problemática da competitividade urbana. Para o autor, “este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais e globalizados e depende, em grande medida do banimento da política e da eliminação do conflito e de condições do exercício da cidadania” (1999, p. 78).

Se o processo de globalização, como veremos, por um lado ocasiona a multiplicação das visões fragmentadas do mundo, por outro, de acordo com os interesses dos atores hegemônicos, origina a necessidade de criação de um discurso unificado em escala global que esta intrinsecamente ligado à realidade técnica atual, sendo também por ela sustentado.

Tal processo tem implicações ainda mais perversas se levarmos em consideração que hoje a técnica, que ganha força pela sensação de que tudo dela depende, é sem dúvida mais aceita do que compreendida (SANTOS, 2006). Esse pensamento que se propõe único e universal trata-se de um discurso ideológico que, em sua vertente urbana, configura políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade com base na figura da cidade-modelo.

Assim sendo, torna-se importante compreender o processo de Metropolização da cidade do Rio de Janeiro e como que em prol do chamado desenvolvimento muitas práticas se legitimam colocando em jogo toda a história, tradição e objetivos de grande parte da população da cidade, que continua à margem dos benefícios trazidos pela tão bem quista modernidade. Essa relação se torna ainda mais contraditória tendo em vista que o lugar da reprodução das relações de produção é também o cotidiano do trabalho e do lazer, que se encontra extremamente ligado ao consumo; ou seja, os tempos livres são cada vez mais comercializados e os hábitos da cidade estão cada vez mais modificados.

O espaço torna-se cada vez mais o meio de reprodução das relações sociais; sendo hierarquizado, objeto de investimentos públicos e privados, reserva de valor ou mesmo deixado ao acaso e abandonado, nesse caso passando de uma situação à outra. Talvez a grande batalha deva centrar-se na necessidade de romper com a ocultação e buscar desvelar essa dominação do espaço.

Além disso, diante da constatação de que três dos bairros que estão incluídos nos projetos apresentados (Gamboa, Saúde e Cidade Nova), juntos apresentam pelo menos 30 mil habitantes segundo estatísticas apresentadas pelo IPP no ano 2000, o objetivo deste trabalho tem sido tentar inferir em qual medida esses moradores estão tendo a oportunidade de participar tanto da elaboração quanto da execução desse projeto que sem dúvidas afetará diretamente seus modos de vida. Tal análise será realizada tendo em vista que a participação popular não se apresenta como uma opção para a administração pública, já que a chamada “Gestão Democrática da Cidade” é reconhecida pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257) como um dos princípios fundamentais da gestão urbana.

Diante disso, em um primeiro momento buscou-se analisar os movimentos sociais no contexto de metropolização da cidade do Rio de Janeiro com um enfoque multidimensional, que permita a análise de diversos aspectos e formas de expressão de ações coletivas. Além disso, é necessário que tal análise seja feita de forma multiescalar, de maneira que se possa perceber a interação do global com o local e suas resultantes. Isso porque, segundo Lefebvre (1972, p. 30) o nível inferior é o da aldeia, bairro, o nível macro é o do urbano e entre ambos no ponto de ataque está a população, para a qual se poderia tentar atualmente a produção de um espaço apropriado.

Assim, o processo analisado não se limita à cidade do Rio de Janeiro já que diversos governos locais vêm investindo expressivos recursos em projetos de revitalização de áreas. A arquiteta Fernanda Sanchez (1999, p. 162), nesse sentido, afirma que

“a revitalização e a renovação urbanas, quando tornadas espetáculo da cidade que se apresenta em sintonia com os impulsos globais, constroem a referência simbólica de uma possível convivência e complementaridade entre a cidade competitiva e a cidade sustentável. (...) A própria noção de revitalização é a representação carregada de valor: acaso sugere que no espaço “revitalizado” não haveria antes nenhum tipo de vida social, recriada agora mediante gesto do planejador?”

Com isso busca-se a análise crítica de um procedimento corrente e desastroso, do qual Lefebvre (1972) já nos chamava atenção: implementam-se as necessidades, as funções, os lugares, os objetos sociais, num espaço supostamente neutro, indiferente, objetivo e depois disso se estabelecem os vínculos.

Projetos como esse podem desencadear os denominados processos de gentrificação através dos quais se promove práticas de reapropriação de espaços pelo mercado através de operações urbanas que lhe conferem novo valor econômico e simbólico geralmente orientando-os para o consumo residencial ou de serviços das camadas médias (SANCHEZ, 1999).

Posteriormente nosso objetivo maior seria analisar as mudanças que tais projetos poderão trazer para essa população, assim como para pequenos empresários que ali têm seu negócio comercial ou ainda para grupos sociais ou culturais que ali atuam tendo em vista que a problemática do espaço vivido se apresenta como um aspecto essencial de um conhecimento da realidade urbana.

Em outras palavras nosso objetivo é entender a produção e concepção deste espaço em contraposição com o que este espaço representa na perspectiva do espaço vivido.

A tendência é que se produza uma verdadeira esquizofrenia já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os atores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Porém, as ações no território e no lugar têm um papel ativo na formação da consciência, que surge a partir de contraracionalidades, as quais do ponto de vista da racionalidade dominante são chamadas de irracionalidades (SANTOS, 2006, p. 114).

Isso porque as imagens esplendorosas representadas nas simulações das obras (Figuras 3 e 4)<sup>3</sup>, que segundo o discurso indicam o renascimento de uma área, possivelmente não correspondem ao sentimento de espoliação por parte dos cidadãos, que vêm nas empreitadas revitalizadoras uma séria ameaça à sua forma de vida social e à sua identidade urbana<sup>4</sup>. Isso porque, a partir da observação de experiências anteriores, tidas como bem sucedidas, tais processos em geral produzem novas seletividades e afastamentos sociais.

**Figura 3: Representação do projeto para Praça Mauá**



**Figura 4: Representação do Projeto para a Rua Barão de Tefé.**



Acreditamos na importância dessas ações já que a instauração de um pensamento único, que é reforçado na avaliação de cada projeto de modernização urbana feita com base em conjunto de parâmetros arbitrários, dificulta a formação de um pensamento crítico. No entanto, está claro que a análise crítica nos permite refletir acerca do papel das imagens hegemônicas, tendo o desafio de romper com a aparente unanimidade e propondo então novas leituras e interpretações.

Corroboramos com Santos (2006, p 158), ao apontar que o principal papel dos intelectuais, nesse novo momento, seria

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp/>

<sup>4</sup> Além de Sanchez (1999) essa discussão também é trazida pelo projeto “Made in Barcelona”, um projeto integrado por pesquisadores do Departamento de Geografia da Universidad Autônoma de Barcelona juntamente com ativistas sociais, que vêm desenvolvendo trabalhos em bairros atingidos pelas grandes operações urbanísticas e ambientais que antecedem o “Fórum das Culturas – Barcelona 2004”.

“muito mais do que promover um simples combate às formas de ser da nação ativa – tarefa importante, mas insuficiente, nas atuais circunstâncias -, devendo empenhar-se por mostrar analiticamente, dentro do todo nacional a vida sistêmica da “nação passiva” (na verdade é ativa) e suas manifestações de resistência a uma conquista indiscriminada do espaço social pela chamada nação ativa (na verdade passiva) “<sup>5</sup>.

Diante disso, vários questionamentos foram feitos no sentido de aferir a que medida esse projeto vem sido concebido com a participação popular e se vem incluindo de fato as demandas e necessidades da população que ali vive; e principalmente se a forma como tal espaço está sendo representado e pensado pelos gestores do projeto apresenta relação com os anseios dessa população.

Para tanto, temos que analisar de que forma esse canal entre sociedade civil e poder público se constitui e se há de fato abertura por parte do poder público para receber tais demandas. Por outro lado, como foi dito, um dos objetivos fundamentais dessa pesquisa consiste em observar as formas de mobilização por parte dos moradores e grupos que ali atuam e em que medida essas mobilizações se deram pela iminência do início da Revitalização da Região.

Tendo isso em vista num sentido mais geral se pretendeu discutir a Zona Portuária do Rio de Janeiro no contexto do processo de metropolização da cidade e as transformações que esse espaço vem sofrendo e irá sofrer nos próximos anos, assim como os efeitos desse processo que está em curso. Tais objetivos se justificam na medida que as imagens esplendorosas nas simulações das obras previstas pelo projeto “Porto Maravilha possivelmente não correspondem ao sentimento de espoliação por parte dos cidadãos que vêem nas empreitadas revitalizadoras uma séria ameaça à sua forma de vida social e à sua identidade urbana.

## **Metodologia e Procedimentos**

Acreditamos que pensar as cidades e o urbano a partir do debate marxista, obviamente não de forma dogmática, e de sua associação com o reconhecimento dos interesses de classe ainda contribui bastante para desvelar a realidade. O pensamento dialético parte da compreensão dos processos, dos fluxos e das inter-relações, por isso somente é possível entender os atributos (qualitativos ou quantitativos) daquilo que se almeja estudar através da compreensão dos processos e relações que aquilo venha a internalizar.

Portanto, é preciso esclarecer que trabalhamos, no que concerne ao método, a partir daquilo que denominamos materialismo histórico geográfico. A associação histórico-geográfico tem o objetivo de explicitar a necessidade de tomar parte na dialética o espaço e o tempo. Estaremos buscando as tensões, os conflitos; os momentos em que se encontram homogeneização e fragmentação, aproximações e afastamentos, ordem e desordem, acomodação e inquietação, conformação e inconformismos, imobilismos e (re)ação (FERREIRA, 2007).

---

<sup>5</sup> Tomemos o caso do Brasil. É mais que uma metáfora pensar que uma das formas de abordagem da questão seria considerar, dentro da nação, a existência, na realidade de duas nações. Uma nação passiva e uma nação ativa. Do fato de serem as contabilidades nacionais globalizadas - e globalizantes-, a grande ironia é que se passa a considerar como nação ativa aquela que obedece cegamente os desígnios globalitários, enquanto o resto acaba por constituir desse ponto de vista a nação passiva. Serão mesmo adequadas essas expressões? Ou aquilo a que desse modo, se está chamando de nação ativa seria, na realidade, a nação passiva, enquanto a nação chamada passiva seria, de fato, a nação ativa? (SANTOS, 2006, p 156)

Nessa linha, Henri Lefebvre, outro autor referencial nesta pesquisa, em seu livro intitulado “Espaço e Política”, busca elaborar uma teoria sobre a problemática do espaço tendo como base o processo de reprodução das relações sociais de produção; enfoque que o diferencia das demais ciências que pensam o espaço. Segundo ele, nos designados centros a reprodução desse processo se realiza em cada atividade social inclusive naquelas que parecem mais indiferentes, como os lazeres, a vida cotidiana, o habitar e o habitat, o uso do espaço.

Falando da problemática do espaço Henry Lefebvre (1972) mostra a necessidade de abordagem de questões particulares como, por exemplo, a da profissão. Isso porque a problemática do espaço rejeita a separação entre o arquiteto e o urbanista, pois se estes dividem o espaço, o fazem como os demais agentes do espaço, sendo diferente apenas a escala de atuação de cada um. Na do primeiro prevalece a escala micro e para o urbanista a escala macro. Eles o recortam, o retalham, cada um a sua maneira e desde então a fragmentação parece teoricamente justificada. A partir daí, o global escapa, foge.

As parcelas recortadas neste vasto campo pelas especialidades – que são reforçadas pelo crescimento ilimitado do quadro sociopolítico do capitalismo que nelas se apóia – implicavam no ocultamento da escala global, o deixando-a na sombra criando um campo cego. Nesse sentido um dos objetivos principais nesse esforço de teorização seria buscar onde se pode situar no espaço e no tempo a possibilidade do desvelar, sendo assim, necessário superar a fragmentação articulando os níveis micro e macro.

A ação da burocracia estadista, o ordenamento do espaço segundo as exigências do modo de produção capitalista, tendo como prática essencial fragmentação do espaço para a venda e para a compra seriam pontos fundamentais de análise e é através desse enfoque que buscamos analisar o processo que vem ocorrendo na aérea onde se concentra nossa pesquisa.

Diante disso, além da análise bibliográfica foi imprescindível para a realização desse estudo, além do acompanhamento dos desdobramentos na elaboração e execução do projeto, a constante observação empírica através da realização de trabalhos de campo não só na área de estudo como também nas reuniões realizadas por diferentes setores da sociedade para o debate do projeto.

No decorrer do desenvolvimento desse trabalho foi proposto um roteiro de trabalho de campo pelos três principais bairros atingidos pelo projeto que foi realizado com a participação da turma da disciplina “Espaço Urbano Brasileiro”, ministrada pelo professor Alvaro Ferreira.

Para um melhor entendimento sobre o processo sobre o qual nos debruçamos realizamos uma análise sobre sua perspectiva jurídica no que se refere à política urbana adotada pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, temos que o Estatuto da Cidade (Lei nº10.257) felizmente tratou de reunir, por meio de um enfoque holístico, em um mesmo texto, diversos aspectos relativos ao governo democrático da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental apresentando as diretrizes do desenvolvimento urbano e sobre a propriedade privada da terra e imóveis, o planejamento e a gestão urbanos (MARICATO, 2010).

Um ponto fundamental para os fins desse estudo é que o Estatuto da cidade e as leis infraconstitucionais que regulamentam a política urbana se pretendem legítimos por associar às decisões do poder público, no âmbito do planejamento da cidade, a participação popular, seja por instrumentos diretos como o plebiscito ou referendo seja através das associações civis, conselhos, fóruns ou outros instrumentos que privilegiem a gestão democrática da cidade.

A esse respeito o dispositivo mais significativo no Estatuto da Cidade é já citado o art. 2º, II que contempla a “gestão democrática da cidade” como uma diretriz da política urbana. Tendo esse dispositivo em vista, concluímos que a participação da sociedade civil, que nunca teve a atenção merecida nas ações de política urbana, foi finalmente contemplada com a promulgação da lei nº 10.257/01.

O cerne de tal dispositivo reside, portanto na gestão democrática no que se refere à instituição, implementação e acompanhamento dos projetos e ações urbanísticas. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho (2005) “gestão significa administração, ou seja, adoção das providências necessárias à conservação e controle de determinados bens e interesses”.

Nesse sentido, a adoção da gestão democrática exclui a tradicional gestão exclusiva do Poder Público, aquela que, por não ser ouvida a sociedade civil, acabou por ensejar uma série de descalabros na ordem urbanística. Se um plano urbanístico resulta apenas de pareceres técnicos elaborados em gabinetes de autoridades administrativas, as ações que dele resultarem não representarão, seguramente, os anseios das comunidades (FILHO, 2005).

Além de ser apontada como uma diretriz a ser seguida, à Gestão Democrática da Cidade é dedicada um capítulo do Estatuto da Cidade (Capítulo IV, art. 43-45) cuja análise irá, sem dúvidas, nos auxiliar na resposta das questões que se colocam no âmbito desse estudo monográfico.

Não obstante, hoje, depois de quase dez anos do advento do EC está claro que a simples previsão legal de determinadas garantias não representa a real efetividade desses direitos principalmente no Brasil onde os problemas urbanos e sociais são estruturais e onde não se faz valer direitos básicos como o direito à cidade e à moradia legal.

O que vemos é que a tradição liberal de gestão do interesse público no Brasil e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, fundada na universalização desmotivada da aplicação da supremacia do interesse público sobre o privado vem fortemente prejudicando a construção coletiva, participativa, do planejamento urbano (ARAÚJO, 2008).

Assim, diante do sentido atribuído por Marx ao “produto-mercadoria” podemos falar nas “cidades-mercadoria”. Este produto, como demonstramos, através da circulação simbólica, se mostra aparentemente terminado e traduzido em imagens urbanas, tornando difícil a identificação de seu processo de construção.

Tendo isso em vista, seguindo o caminho de Marx, direcionar o olhar para a gênese da mercadoria - no caso a “cidade-mercadoria” - nos permite revelar os sistemas sociais, econômicos e culturais, os arranjos de poder, as hierarquias e os jogos de interesse que compareceram para construí-la. Lefebvre (1972, p.33) reforça o pensamento de Marx quando, tendo o espaço como produto social, afirma que o processo de produção do espaço está vinculado a grupos particulares que se apropriam dele (o espaço) para geri-lo e explorá-lo. Sendo assim, a análise crítica seria um meio de definir “como e de acordo com qual estratégia determinado espaço constatável foi produzido (...)”.

## **Conclusão**

O projeto “Porto Maravilha” se encontra na primeira fase de execução. As informações obtidas até o momento são fragmentadas e insuficientes para sabermos ao certo as dimensões e a velocidade das transformações que atingirão a área. Da mesma forma a população ainda está incerta acerca de que forma será afetada. No entanto está

claro que as transformações vão chegar rapidamente à região que já parece mais um canteiro de obras.

Acreditamos que os resultados desse estudo nos permitiram ter um rico panorama sobre o processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro e mais especificamente em relação ao Projeto Revitalização do Porto do Rio, a principal reforma urbana que ocorrerá na cidade nos próximos tempos que trará mudanças não só para a região diretamente afetada e seus atuais habitantes como para toda a cidade do Rio de Janeiro.

No entanto é importante que se diga que o processo é muito recente e mais do que isso atual e que por esse motivo as conclusões são parciais e que seria de grande valia que tais pontos continuassem sendo pesquisados

Tendo em vista o exposto, no que se refere a região do Porto do Rio vemos que, como já foi dito anteriormente, nos últimos 30 anos muito se debateu sobre os rumos da região portuária do Rio de Janeiro, no entanto nenhuma ação efetiva foi realizada até agora, principalmente por parte do poder público.

Com isso essa área se tornou um grande desafio para a administração municipal. Nesse período, ocorreram muitos grupos de trabalho nesse âmbito que resultaram na proteção legal dos bairros estudados, bem como em muitos decretos, projetos, idéias que originaram algumas legislações e acordos sem, todavia, qualquer resultado prático. O que se viu como resultado foi um intenso processo de degradação e esvaziamento econômico, especialmente em nossa área de estudo que por outro lado continuou abrigando uma população tradicionalmente identificada com o lugar.

Dessa forma, diante maneira como o projeto “Porto Maravilha” vem sendo divulgado e executado pelo poder público em parceria com grandes agentes privados, está claro que ele se alinha aos interesses de grandes atores econômicos estando vinculados a grandes projetos internacionais. A partir desse contexto, temos que outros códigos provenientes de outros atores sociais insatisfeitos com o senso comum reproduzidor de clichês oficiais têm encontrado dificuldades para ganhar espaço e expressão.

O chamado projeto de Revitalização da Zona Portuária, que concebe aquele espaço como se fosse neutro, vazio e ausente de vida vem tomando cada vez mais forma. O importante, segundo o discurso que sustenta essas decisões políticas, é que tais intervenções motivem dinâmicas transformadoras, alavancas para o desenvolvimento, ainda que a resultante para tais espaços reforce a fragmentação social.

Falamos em fragmentação social, pois o que vemos é que essa região, na verdade, representa uma grande centralidade para um grande número de pessoas que ali moram, trabalham, consomem e circulam, tendo seus próprios usos dos espaços urbanos e seguindo sua lógica.

Nesse sentido, um dos grandes teóricos do Direito à Cidade, o sociólogo e filósofo Henri Lefebvre (1972) aponta que o direito à cidade inclui também o direito de acesso a essa centralidade, propriedade essencial do espaço urbano, e, portanto, a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória e segregadora. Mas não só isso. O direito à cidade inclui o direito à reunião e ao encontro na medida em que os objetos e os lugares devem estar de acordo com a necessidade de vida social e de um centro. Nesse contexto, Lefebvre (1972, p. 32) conclui que o “direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação.”

Tendo isso em vista, a partir da espacialização do projeto Porto Maravilha, realizada e elaborada através de dados oficiais retirados da recém aprovada lei complementar nº 101 e outras fontes extraoficiais como jornais, foi possível se perceber

a dimensão e a complexidade das intervenções propostas assim como inevitabilidade de seus efeitos.

Como vimos, se num primeiro momento o projeto vai depender de recursos públicos para ocorrerem a segunda fase, como já foi dito, irá depender, sobretudo da iniciativa privada. Sendo assim o projeto apenas incorpora uma antiga tendência de expansão da área central de negócios em direção ao entorno do Píer Mauá. Sendo assim a prefeitura somente viabilizaria essa tendência, concentrando seus esforços financeiros em conservar as áreas públicas localizadas nesse trecho. O restante da área, com localização menos privilegiada, dependerá de iniciativas de longo prazo que dependem de futuros interesses do capital privado em realizar parcerias com a prefeitura, assim como promover a ocupação da área de forma mais densa.

Além disso, o projeto também segue com uma proposta de uma drástica verticalização da ocupação da área que poderá ser levada a cabo a partir da venda dos terrenos em sua grande maioria de propriedade pública através dos já citados Cepacs. Segundo a proposta, os recursos angariados seriam revertidos para a própria área.

Teoricamente essa medida seria capaz de proporcionar uma rápida ocupação da área. No entanto, geraria um conjunto arquitetônico de porte incompatível com a paisagem urbana local. Acrescenta-se á isso um enorme incremento do número de automóveis na região o que geraria um grande impacto para a malha viária local.

No que se refere ao uso habitacional, a prefeitura propôs a execução do projeto “Novas Alternativas” em larga escala na área, por intermédio de desapropriações e de iniciativas do capital imobiliário. As obras visarão á reforma de edificações preservadas e também tuteladas em ruínas ou subutilizadas. Com isso estima-se um acréscimo de cerca de 30 mil habitantes na área, o que é preocupante, fora outros problemas decorrentes dessa proposição como, por exemplo, a preservação desse conjunto arquitetônico o que não se resume á manutenção de sua fachada.

É necessário, todavia que se debata a elaboração e a realização desse projeto de maneira séria e contundente, com a participação de todos os atores envolvidos assim como a realização de um estudo profundo destinado a avaliação dos impactos na região. No entanto mesmo com o material superficial e técnico disponibilizado pela prefeitura, ou a partir das notícias tendenciosas através da qual a mídia apresentou o Projeto podemos constatar a relação de tais aspirações de tal projeto urbanístico, posto como prioritário pela prefeitura, e as necessidades da instalação de novas formas que atendam à demanda de fluidez para expansão do capital. Não foi à toa que no decorrer das entrevistas realizadas e nas reuniões de moradores que pudemos presenciar mais de uma vez tal projeto era referenciado através do termo “revitalização do capitalismo”.

Nessa revitalização novos espaços são produzidos através das festejadas PPP's produzem novas seletividades e afastamentos sociais promovendo repetição em série de modelos tidos como bem sucedidos produzindo espaços públicos que não passam de cenários para uma sociabilidade fictícia que por sua vez produzem estetização das relações sociais (SANCHEZ, 1999).

Contudo, tal estratégia, que é estruturada verticalmente, em escala mundial, não está tão somente ligada a práticas, mas também a produção e propagação de um discurso carregado de ideologia que se por um lado está relacionado aos interesses dos atores hegemônicos que atuam em diferentes escalas por outro se propõe único, com tendência homogeneizante. Tais discursos e suas imagens correspondentes são instrumentos fundamentais para a promoção e legitimação desses novos projetos de cidade nas quais a cultura e o lazer mercantilizados são promovidos como pólos de atratividade turística geradores de renda.

Nesse sentido é fundamental apontarmos que tais noções e modelos não são dados objetivos e consensualmente aceitos e sim noções socialmente construídas. Nos dizeres de Lefebvre (1972) “tais projetos parecem claros e corretos porque são projeções visuais sobre o papel e sobre um plano de um espaço, desde o início, posições.”

No entanto, como já foi dito o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Além disso, cada lugar apresenta sua singularidade e se desenvolve de forma específica. Nos bairros sobre os quais estamos nos debruçando nessa pesquisa não seria diferente.

Como pudemos ver Saúde, Gamboa e Santo Cristo, em sua história apresentam fatos notórios que muitas vezes se confundem com a própria história da cidade do Rio de Janeiro. Esses espaços, até hoje representaram fragmentos testemunhas de resistência, por um lado, e esquecimento, por outro, frente à tendência de homogeneização. São testemunhas de ritmos diferentes de desenvolvimento do capital e de organização da vida social.

O espaço, portanto se apresenta como mediato e imediato. Isso porque por um lado pertence a uma ordem próxima, a ordem da vizinhança e uma ordem distante, a sociedade, o Estado (LEFEBVRE, 1972). Tais interesses divergentes deveriam a princípio encontrar unidade na atuação do Estado. E dessa forma, a resultante da intervenção nesses espaços e dos jogos de poderes que surgem a partir delas é imprevisível.

No entanto, com a análise experiências anteriores e pela evidente desigualdade de forças a tendência é de aumento das desigualdades espaciais, das seletividades e consequentemente da segregação.

A partir da realização de sucessivos trabalhos de campo à região estudada para que por um lado pudéssemos conhecer melhor as singularidades desses lugares tanto no que se refere ao seu processo histórico quanto a sua situação atual. Pudemos ainda, como já foi dito observar a maneira como o projeto vem sendo elaborado por parte do poder público, como vem sendo apresentado para os diferentes interessados e como tem sido as possíveis reações por parte dos grupos e moradores locais.

Tendo isso em vista, nos deparamos com duas principais formas diferentes de organizações coletivas que se originaram frente à preocupação com a iminência da concretização do Projeto de Revitalização da Região Portuária. O primeiro se denominava “Porto Cultural”. Com esse nome os diferentes grupos ligados a atividades culturais localizadas no bairro, entre blocos de carnaval, escolas de música, grupos de teatro entre outros, assim como algumas associações de Moradores, como, por exemplo, a do Morro da Conceição, estão se reunindo para debater o Projeto buscando formas de se inserir nas ações por ele apresentada.

Entre os grupos que estão participando podemos citar a escola de percussão “Batucadas Brasileiras”, o Afoxé Filhos de Gandhi, o bloco carnavalesco Vizinha Faladeira, o grupo de teatro chamado “Grande Companhia de Mistérios e Novidades” e etc.

Até aqui algumas entrevistas indicaram que mais se debateu do que se chegou à conclusões e que alguns impasses entre os enfoques no desenvolvimento cultural de alguns grupos e as demandas por parte dos moradores tem engessado as reuniões. No entanto consideramos, ainda assim, fundamentais e enriquecedores tais espaços de debates que com o tempo podem gerar ações que representem a contra-racionalidade do lugar.

Paralelamente a esse encontramos outro grupo que tem se reunido no Centro Cultural José Bonifácio com o nome de “Reunião de Moradores e Gestores da Região Portuária”. Esse grupo, por sua vez, é formado por aproximadamente trinta pessoas

entre elas parte integrante dos grupos culturais que atuam na região, ativistas sociais, integrantes das ocupações de sem-teto existentes na região, e antigos moradores dos bairros que moram ali entre dez e quarenta anos.

Durante as reuniões que pudemos acompanhar observamos a preocupação recorrente com a força tanto econômica e política dos atores envolvidos no projeto de revitalização. O sentimento mais geral que se pode sentir nos depoimentos é de insegurança já que o projeto de forma alguma foi esclarecido para essa parte dos interessados que há anos e diariamente produzem tais espaços.

O medo é que os custos desses empreendimentos sejam socializados com a valorização dos bairros inviabilizando a permanência dessa população que tradicionalmente ocupou a região fazendo desses espaços o locus de reprodução de suas vidas.

A partir disso, um dos pontos que mais chama atenção é a preservação da memória dos bairros, onde, entre outras coisas, nasceu a primeira escola de samba chamada Vizinha Faladeira, o Clube de Regatas Vasco da Gama e onde está localizado um cemitério de escravos que hoje faz parte do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), criado e mantido por uma moradora da Gamboa.

Diante da aparente inevitabilidade da implantação do projeto de revitalização e da força dos agentes que estão sendo chamados a participar desse projeto surgiu a idéia da criação do denominado “Conselho de Gestores da Região Portuária” que seria um instrumento através do qual seria possível unificar as demandas para que, a partir de representações locais, se tentasse integrá-las aos projetos para a região. Nesse caso a unificação das demandas em cada área (saúde, educação, trabalho, lazer e etc.), através do debate entre membros do conselho e outros moradores, seria fundamental para que tais reivindicações apresentassem peso social frente o poder público.

Outro ponto muito importante apresentado durante as reuniões do conselho foi que a partir dessa representação seria possível a criação de um canal com o poder público através do qual se conseguisse a exposição clara dos programas do projeto Porto Maravilha.

Nesse sentido alguns pontos recorrentes nas entrevistas e nas reuniões foram primeiramente a unilateralidade por parte do poder público que na elaboração do projeto em poucos momentos chamou a população e seus representantes locais a participar. Sendo assim do pouco que se divulgou dos projetos não há menção aos moradores e suas demandas e nem aos grupos que lá atuam o que reforça a ideia de que o resultado de tais intervenções tenda à exclusão social.

Além disso, há certa indignação quanto aos projetos elaborados e discutidos e governos anteriores, que se por um lado foram feitos com o dinheiro público por outro não foram aproveitados no projeto atual.

Essas tentativas de mobilização por essa parte da população desses bairros caracterizariam o que Milton Santos (2006) chama de solidariedade horizontal que se fazem historicamente e se fortalecem no cotidiano a partir de um debate interno, que levariam a ajustes inspirados na vontade de reconstruir, em novos termos a própria solidariedade horizontal.

No entanto, essa solidariedade horizontal correria o risco de ser sufocada pela constituição de uma solidariedade vertical que se constituiria entre os atores hegemônicos excluindo qualquer possibilidade de um debate local eficaz.

Infelizmente vemos que divergências internas ao grupo, no que se refere às demandas e às formas de ação por parte do grupo, acabam por enfraquecer também a iniciativa de mobilização, pois a unidade necessária à constituição do peso social fica mitigada.

Outro exemplo de impasses que pudemos foi o preconceito existente por parte dos moradores em relação a ocupações o que faz com que aqueles que lutam contra o processo de exclusão acabem por ter ideias segregadoras. No entanto, ainda assim tais mobilizações seriam fundamentais, pois mais uma vez citando o mestre Milton Santos

“É dessa forma que na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das suas visões de mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional” (2006, p. 133).

Mesmo assim, é necessário destacar que mesmo com a mobilização dessa parte dos moradores e dos grupos que atuam nos bairros é evidente que a participação popular nesse processo de debate é relativamente baixa estando a maioria dos moradores inertes e alheios às propostas de reestruturação dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Nesse sentido fica evidente que as mudanças originadas pelo processo de globalização, hoje o mundo do consumo se transformou no grande espaço de socialização das relações sociais.

Isso somado ao grande desenvolvimento das técnicas de informação faz com que haja o crescimento exponencial do individualismo de forma que os indivíduos passem a estar mais centrados em si próprios, em seus desejos e interesses ligados à saúde, educação e lazer...

As demandas não estão mais organizadas em torno de um princípio central. Esse ponto, sem dúvidas, é mais um ponto fundamental nesse estudo sobre os movimentos sociais no contexto da globalização.

Outro ponto que tem nos chamado atenção é que grande parte dos movimentos sociais que hoje atuam estão reivindicando questões restritas ao local muitas vezes se esgotando quando logram sua demanda. Infelizmente hoje encontramos uma séria dificuldade de relacionar problemas da escala local, que atingem as pessoas no âmbito do lugar, com ações que se passam pela escala global e que se irradiam das grandes centralidades.

Por outro lado os movimentos de contestação de caráter global se apresentam cada vez mais virtuais e restritos a manifestações de indignação e apoio através de abaixo-assinados na internet.

No entanto, como pretendemos demonstrar, no desenvolvimento desse estudo, a escala global e local estão hoje profundamente relacionadas e muitas ações que ocorrem em locais distantes trazem grandes consequências para o local e daí surge todas as transformações que o processo de metropolização vem originando.

O que vem ocorrendo é naturalização de determinadas práticas que mitigam a percepção das fraturas sociais – que são também espaciais – e que podem contribuir para formação de movimentos de luta. Estamos falando da luta pela apropriação do espaço a partir da busca de racionalidades alternativas. Ribeiro (2005, p. 421) afirma que tais racionalidades ainda estão em processo de sistematização, mas que ensaios dessa sistematização são identificáveis na repetição de formas de apropriação espacial por distintos atores políticos e movimentos sociais.

Nessa repetição, é possível reconhecer sintomas de que se encontra em germinação uma outra cidade (SANTOS, 2000), bem diferente daquela imaginada pelos que anseiam pela materialização, no país, da face luxuosa, gestora e contemplativa da cidade global.

Assim sendo, outro momento importante no qual estávamos presentes foi a apresentação para a população do projeto Porto Maravilha foi realizado no Conselho

Comunitário de Segurança que é realizado mensalmente em vários bairros do Rio de Janeiro.

Na ocasião, o coordenador do Projeto, membro do IPP, Antônio Correa apresentou o projeto como sendo prioridade e colocando-o como o mais importante para o governo municipal. O coordenador apresentou as primeiras obras necessárias para, em suas palavras, requalificar tais espaços modificando completamente sua configuração.

A primeira fase do projeto incluiria somente o bairro da Saúde e seria de responsabilidade da secretaria de urbanismo, o que justificaria a não inclusão de ações em outras áreas, como, por exemplo, saúde ou educação. No entanto, ficou evidente que os documentos técnicos ou políticos de maior difusão, como o apresentado nessa reunião, não apresentam preocupações em qualificar com rigor as noções e conteúdos que trabalham.

Sendo assim sempre quando questionado pelos moradores presentes na reunião Antonio Correa alegava ser um técnico e não político e portando não estaria apto a responder determinadas questões, o projeto foi apresentado como pronto e fechado não havendo possibilidades de propostas e modificações.

Ou seja, a apresentação do projeto foi realizada, no entanto o debate e a apreciação das demandas da população mais uma vez não foi possível. Nesse sentido constatamos que infelizmente os conflitos sociais gerados pela imposição de uma reestruturação urbana e as questões trazidas por movimentos de resistência são minimizados e esvaziados de seu conteúdo político na linguagem oficial sobre a cidade (SANCHEZ, 1999).

Aqui cabe ressaltar mais uma vez que a possibilidade de participação popular no debate acerca de projetos dessa magnitude não constitui uma discricionariedade por parte do poder público. Pelo contrário o Estatuto da Cidade e o plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro preveem explicitamente que só assim se poderia construir um espaço de fato democrático que atenda aos anseios e demandas da população.

Nesse sentido podemos dizer, que, de acordo com um entendimento legal a gestão democrática da cidade envolve três fases da política urbana: a formulação, a execução e o acompanhamento. No que se refere ao projeto “Porto Maravilha” especificamente podemos dizer, apesar da Lei Complementar Municipal nº 101, que delimita as principais ações do projeto, já ter sido aprovada na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro a partir do projeto de lei 25/2009 de iniciativa do Executivo, está na fase de formulação.

Isso porque, uma das emendas feitas ao projeto, ao novo ver a mais importante, determinou que a implantação da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio está sujeita à prévia elaboração de estudo de impacto de vizinhança (art. 35 da LC nº 101). No entanto, sabemos, por observações empíricas, que algumas obras e intervenções já foram iniciadas assim como alguns processos licitatórios.

O artigo 35 citado anteriormente determina ainda nos seus parágrafos subsequentes outros pontos fundamentais para a execução da gestão democrática. Entre eles podemos citar: a listagem das questões que devem, obrigatoriamente e no mínimo, ser avaliadas no EIV (art. 35, § 1º, incisos I à VIII); a necessidade da publicidade dos documentos integrantes do EIV (art. 35, § 3º); a possibilidade de o EIV indicar necessidade de modificação no programa básico de ocupação da área e de ajustes em parâmetros urbanísticos definidos na mesma lei (art. 35, § 5º); e a fato de que o Plano da Operação Urbana Consorciada, o Programa Básico de Ocupação da Área e a implementação da cobrança das respectivas contrapartidas serão iniciadas somente após a conclusão e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC.

No que se refere ao que vem sendo observado o que vem ocorrendo não é a ausência do Estado ou sua diminuição frente aos agentes econômicos. O que vem ocorrendo é a omissão quanto ao interesse da população, por um lado, e por outro, seu fortalecimento ao serviço da economia dominante (SANTOS, 2006).

Com isso vemos que a cidade virtual criada a partir desses modelos utópicos pode revelar-se uma máscara para a especulação e para os grandes investimentos, empreendimentos. Ou o que é pior o estimulado civismo urbano pode encobrir o desprezo pela participação substancial do cidadão (SANCHEZ, 1999).

Tendo em vista o exposto, acreditamos que muitos questionamentos nos restam e muitos outros surgirão no decorrer da concretização desse projeto apresentado e de seus encadeamentos. No entanto, não podemos esquecer que em outubro de 2010 serão realizadas eleições para governador e ainda escolheremos o novo Presidente do Brasil.

Nesse sentido pode ser que a configuração política que está tornando tal projeto mais viável do que nunca se desfaça e nos deparemos com o velho problema da falta de continuidade. Ou seja, apesar da aparente concretização desse projeto, o que de fato se tornará uma realidade ainda é uma incógnita.

Nesse sentido, reiteramos a importância da mobilização da população mais interessada e também que a população da cidade como um todo esteja atenta à esses acontecimentos, porque mesmo que o projeto tenha sido apresentado pronto e fechado, há possibilidade de participação popular no debate que leve à construção de um espaço que de fato corresponda ao sentimento de grande parte da sociedade e não só às necessidades e interesses de um pequeno grupo.

Nesse contexto, é comum ouvir comentários de que não há mais movimentos sociais, ou que não passam de meros ativismos sem maiores pretensões. Não compactuamos com tais afirmações, pois acreditamos que os espaços de representação são construídos no cotidiano e que por mais que os movimentos pareçam estar perdidos em um grande labirinto (construído, muitas vezes, a partir das representações de uma ordem distante do lugar), é justamente na busca das tensões entre os diversos agentes e atores que produzem o espaço urbano que encontraremos o melhor caminho não só para a análise dos conflitos sociais, mas também para a transformação do estado de coisas atual. Por tais motivos apresentados nessa exposição é que pretendemos dar prosseguimento a esse estudo.

## Referências

- 1- ARANTES, Otília, MARICATO, Ermínia, VAINER, Carlos, **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**, 2 Ed., Vozes, São Paulo, 2004
- 2- ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. Ed. Rio de Janeiro, IPP, 1987, p. 16-25.
- 3- ARAÚJO, Marinella Machado, SOARES, Gabriela Mansur, CAMPOS, Mariana H. Maurício **Gestão Democrática das Cidades: a CF de 1988 é Efetiva?** In: Anais do V Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, IbdU Ed. Magister, Manaus, 2008.
- 4- ARAÚJO, Marinella Machado, SOARES, Gabriela Mansu, SOUZA, Thais Louzada, **Governança Participativa de Áreas Públicas: em que avançamos da Constituição de 1988 ao Estatuto da Cidade?** In: Anais do V Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, IbdU Ed. Magister, Manaus, 2008.

- 5- BASTOS, Paulo de Mello, **Planos Diretores e Participação Popular seu significado atual** In: Temas de Direito Urbanístico V.5, MP São Paulo, Ed. Imprensa Oficial, São Paulo, 2007.
- 6- DELGADO, Gilda. MARTINS, Maria Alice (Org.) **Perfil: Gamboa, Santo Cristo, Saúde. Prefeitura do Rio de Janeiro**, IPP, Março 2003.
- 7- FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007, vol.XI, núm. 245 (15).
- 8- FILHO, José dos Santos Carvalho Filho, **Comentários ao Estatuto da Cidade**. Ed. Lumens, Rio de Janeiro, 2005.
- 9- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Editoraufmg, Belo Horizonte, 1972
- 10- MARICATO, Ermínia. A Especificidade das cidades Periféricas, (In) O Estatuto da Cidade comentado. Ed Aliança das Cidades, 2010.
- 11- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. São Paulo: Papyrus, 2000, p.176-185.
- 12- PECHMAN, Roberto Moses. (Org.). **História dos Bairros – Saúde, Gamboa, Santo Cristo – Zona Portuária**. Rio de Janeiro, Ed Índex, 1987
- 13- SANCEZ, Fernanda, MOURA, Rosa. **Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo?** Cadernos IPPUR, n. 02, Ano XIII, ago-dez 1999.
- 14- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 13 Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.